

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011)

4º Trimestre de 2017

Capacidade de financiamento da economia aumentou para 1,4% do PIB

A capacidade de financiamento da economia situou-se em 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano terminado no 4º trimestre de 2017, mais 0,3 pontos percentuais (p.p.) que no trimestre anterior.

Por setor institucional, no mesmo período, o setor das Famílias apresentou uma melhoria do saldo de 0,9% para 1,5% do PIB, refletindo o maior aumento do rendimento disponível (1,7%) relativamente ao crescimento da despesa de consumo final (0,8%). A necessidade de financiamento das AP aumentou 0,6 p.p., fixando-se em 3,0% do PIB, resultando essencialmente do acréscimo em 2,5% das despesas com prestações sociais e, em menor grau, do aumento da despesa de investimento e remunerações. Estes resultados incorporam o impacto da operação de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD) ocorrida no 1º trimestre de 2017, no montante de 3 944 milhões de euros.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de -983,4 milhões de euros no 4º trimestre de 2017, correspondente a -2,0% do PIB (0,3% em igual período do ano anterior).

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 4º trimestre de 2017.

Os agregados de Contas Nacionais estão expressos exclusivamente em termos nominais e não estão ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Adicionalmente, inclui-se no final deste destaque uma secção que permite comparar resultados anuais para os principais agregados.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais

Capacidade de financiamento da economia aumentou para 1,4% do PIB

A capacidade de financiamento da economia portuguesa aumentou para 1,4% do PIB no 4º trimestre de 2017 (mais 0,3 p.p. que no ano acabado no trimestre anterior). O PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registaram um crescimento idêntico de 1,2%, em resultado da estabilização do saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior.

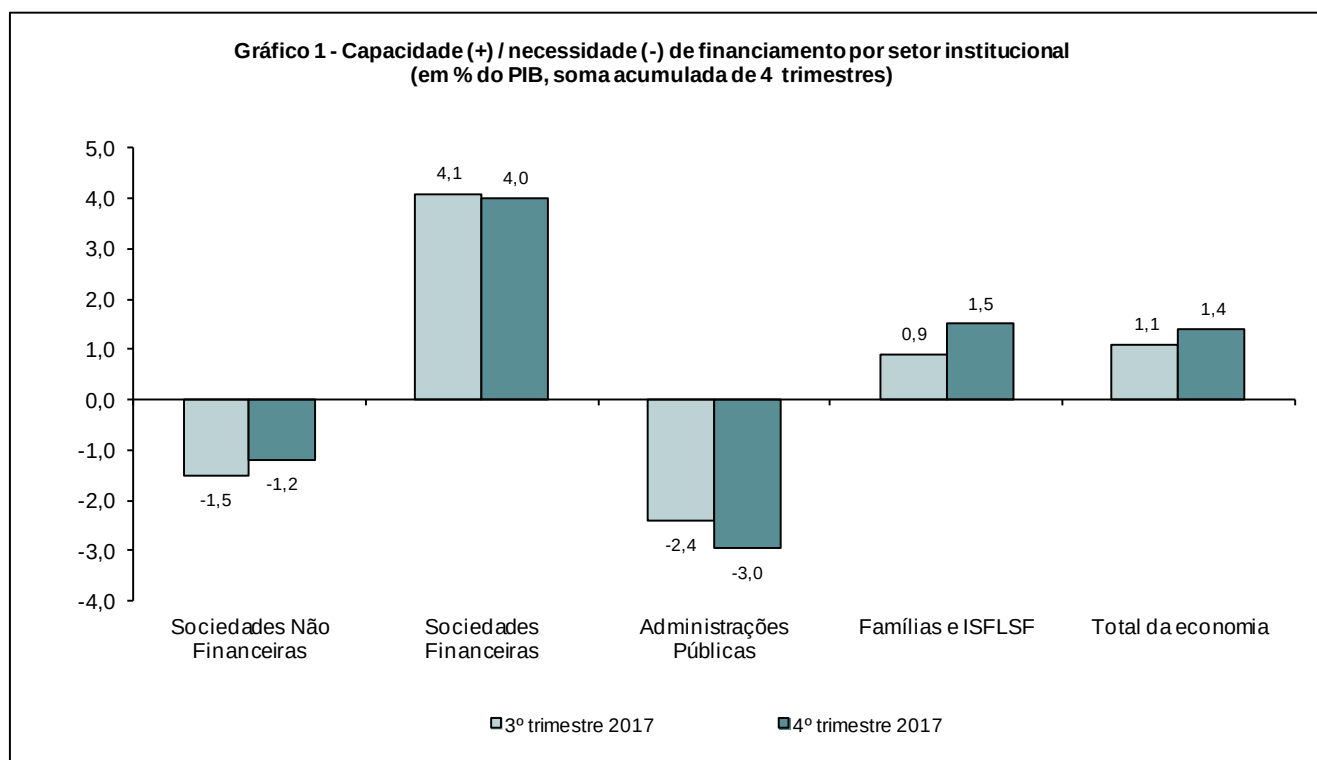
O Rendimento Disponível Bruto (RDB) registou uma taxa de variação de 1,3%, superior ao acréscimo da despesa de consumo final (0,8%), conduzindo ao aumento de 3,8% da poupança bruta (mais 0,4 p.p. que no trimestre anterior).

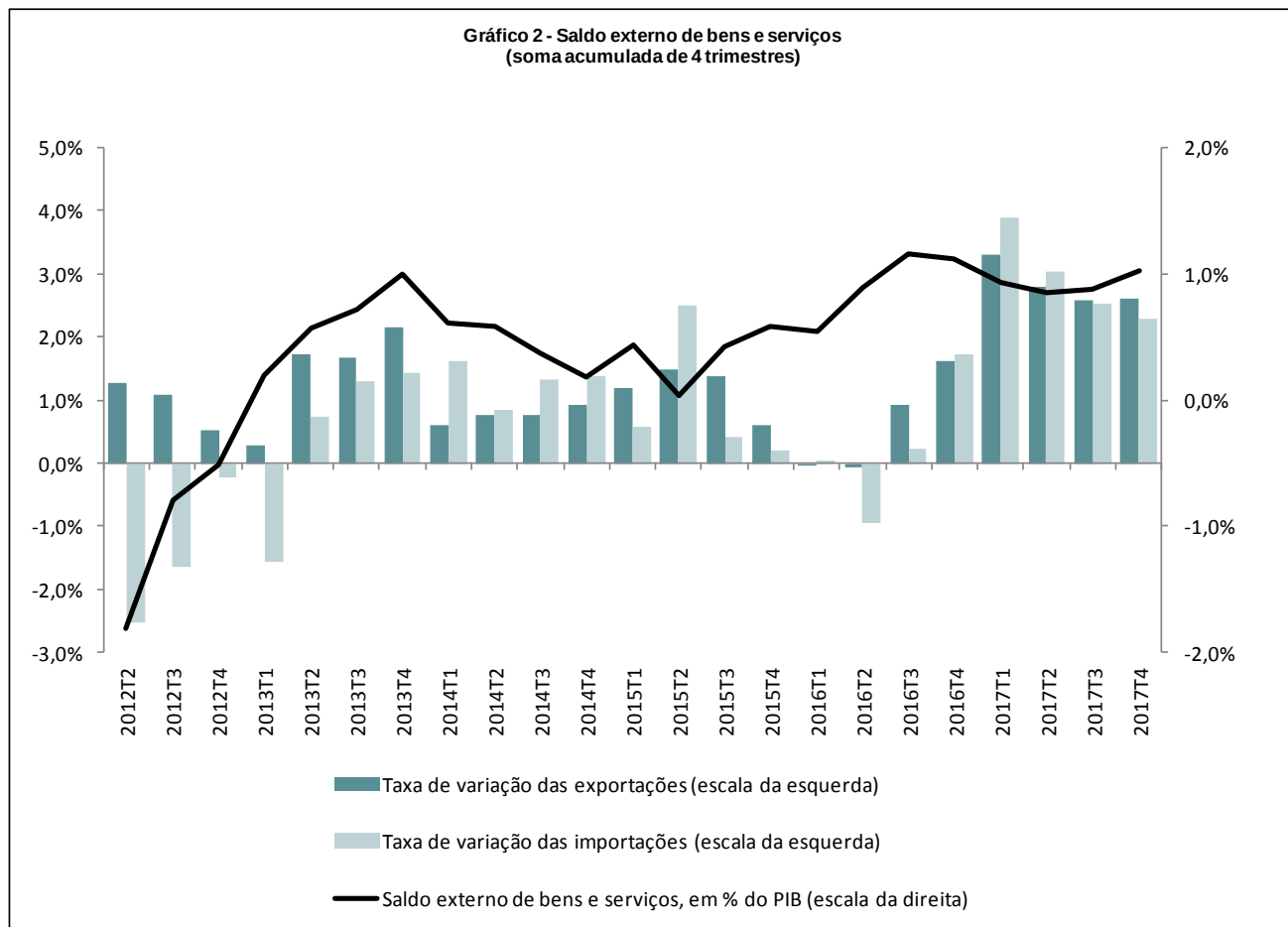
O crescimento da poupança foi superior ao da Formação Bruta de Capital (FBC), que registou uma taxa de variação de 2,0%, determinando o aumento da capacidade de financiamento da economia para 1,4% do PIB (1,1% no trimestre anterior).

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional. A necessidade de financiamento das AP aumentou 0,6 p.p., fixando-se em 3,0% do PIB. O agravamento do saldo das AP resultou essencialmente do aumento em 2,5% das despesas com prestações sociais e, em menor grau, do aumento da despesa de investimento e remunerações (taxas de variação de 12,8% e 1,8%, respetivamente). A despesa corrente registou um incremento de 0,9% no 4º trimestre de 2017.

O saldo das Sociedades Não Financeiras aumentou 0,3 p.p. no 4º trimestre de 2017, para -1,2% do PIB, enquanto a capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu 0,1 p.p., passando para 4,0% do PIB.

O saldo externo de bens e serviços aumentou para 1,0% do PIB (0,9% no 3º trimestre de 2017), devido ao aumento das exportações (2,6%) superior, em 0,3 p.p., ao das importações (ver gráfico 2).





Famílias: capacidade de financiamento aumentou para 1,5% do PIB

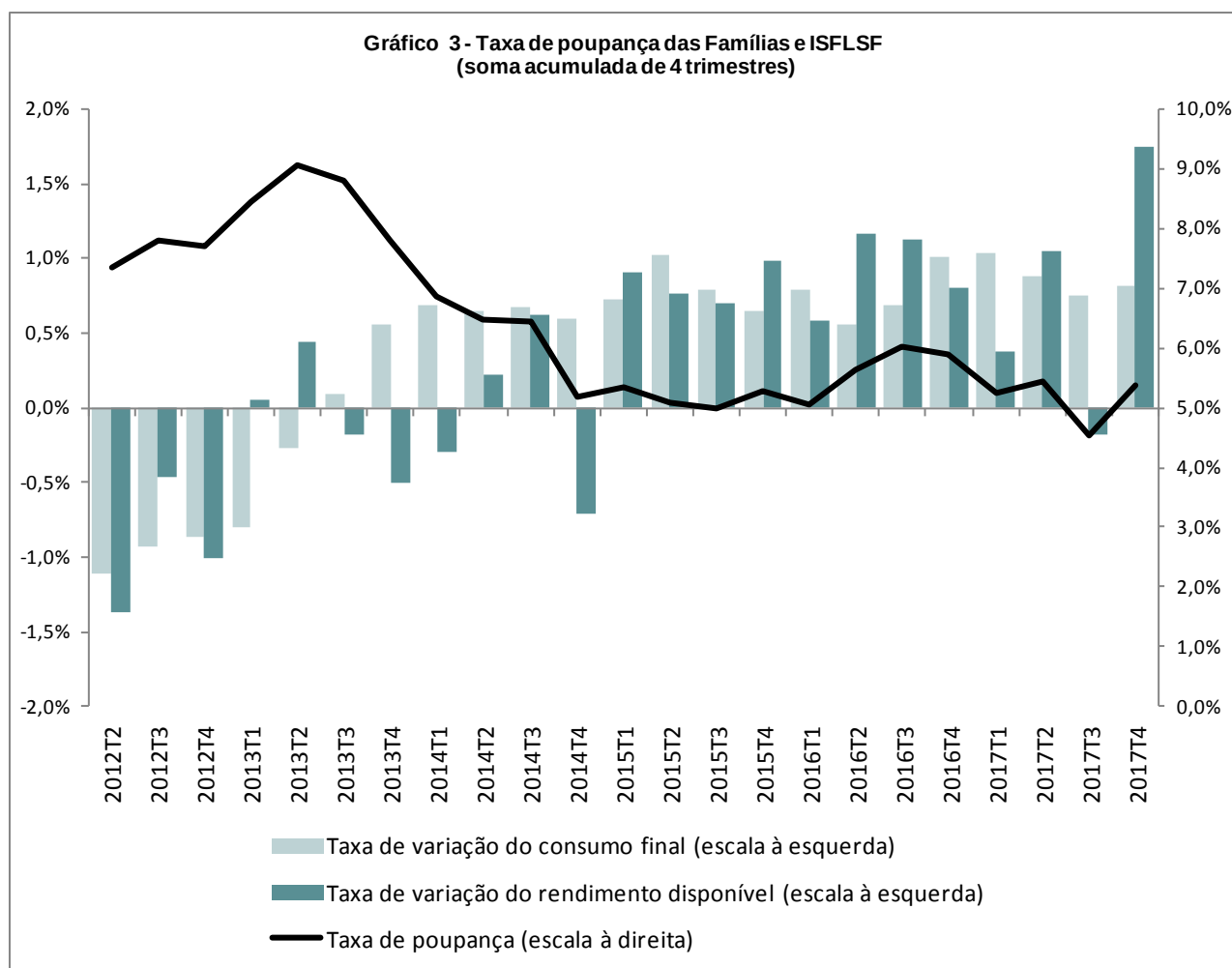
A capacidade de financiamento das Famílias¹ aumentou para 1,5% do PIB no ano acabado no 4º trimestre de 2017, refletindo sobretudo o crescimento de 20,6% da poupança. O investimento das Famílias registou uma taxa de variação de 0,5% no 4º trimestre de 2017 (1,4% no trimestre anterior).

No gráfico 3 apresenta-se a taxa de poupança e as taxas de variação do rendimento disponível e da despesa de consumo final. Como se pode observar, a taxa de poupança das Famílias aumentou para 5,4% do rendimento disponível (mais 0,9 p.p. do que no

trimestre anterior). Esta melhoria resultou de um aumento do rendimento disponível superior ao da despesa de consumo final (taxas de variação de 1,7% e 0,8%, respetivamente).

O comportamento do rendimento disponível das Famílias foi determinado principalmente pelo aumento das remunerações e prestações sociais recebidas (taxas de variação de 1,6% e 2,7%, respetivamente), o que em parte reflete a conclusão do processo de reversão das reduções remuneratórias sobre os salários pagos pelas AP e sobre as pensões. Estes aumentos mais do que compensaram os acréscimos registados nas contribuições sociais (1,7%) e nos impostos sobre o rendimento (0,5%) pagos pelas Famílias.

¹ Inclui as Famílias e as Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (ISFLSF), apresentado com o código S1M nos ficheiros Excel.



O quadro 1 apresenta a decomposição da taxa de variação do rendimento disponível. Para o aumento de 1,7% registado no 4º trimestre de 2017, contribuíram principalmente as remunerações e as prestações sociais líquidas de contribuições, com 1,0 p.p. e 0,4 p.p., respetivamente.

No 4º trimestre de 2017, as remunerações representavam 64,6% do rendimento disponível e o Excedente Bruto de Exploração/Rendimento Misto 25,8% (64,7% e 26,1% no trimestre anterior, respetivamente).

Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISLSF (p.p., soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...(5) - (6)
2012T2	-1,9	0,1	0,1	0,6	-0,1	0,2	-1,4
2012T3	-0,8	0,1	0,0	0,2	-0,2	-0,2	-0,5
2012T4	-1,6	0,3	0,0	0,1	-0,1	-0,4	-1,0
2013T1	0,0	0,1	0,6	0,3	0,1	1,0	0,1
2013T2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,4
2013T3	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,6	-0,2
2013T4	0,7	0,1	-0,3	-0,2	0,4	1,1	-0,5
2014T1	-0,2	0,0	-0,1	-0,1	0,1	0,1	-0,3
2014T2	0,6	0,0	0,0	-0,5	0,1	0,1	0,2
2014T3	0,5	0,1	0,1	0,5	0,0	0,4	0,6
2014T4	-0,6	0,1	0,1	-0,5	-0,2	-0,4	-0,7
2015T1	0,5	0,1	0,2	-0,1	0,2	0,0	0,9
2015T2	0,5	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,8
2015T3	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,0	0,7
2015T4	0,6	0,1	0,0	0,2	0,0	-0,1	1,0
2016T1	0,5	0,3	-0,1	0,0	-0,1	0,0	0,6
2016T2	0,6	0,2	0,1	0,0	0,2	-0,2	1,2
2016T3	0,7	0,2	-0,2	0,0	0,0	-0,4	1,1
2016T4	0,8	0,3	0,0	-0,3	0,0	0,1	0,8
2017T1	0,6	0,0	-0,2	-0,3	0,2	-0,1	0,4
2017T2	0,7	0,2	-0,3	-0,3	0,1	-0,7	1,0
2017T3	0,6	0,1	-0,1	-0,3	0,2	0,8	-0,2
2017T4	1,0	0,2	0,1	0,4	0,0	0,0	1,7

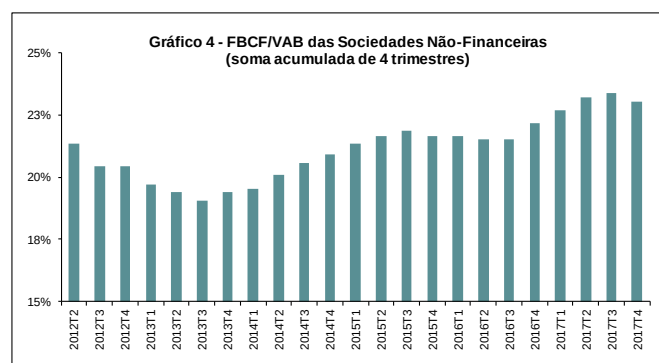
Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento diminuiu para 1,2% do PIB

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras reduziu-se 0,3 p.p., fixando-se em 1,2% do PIB no ano acabado no 4º trimestre. O Valor Acrescentado Bruto (VAB) aumentou 1,1%, mais 0,1 p.p. do que no trimestre anterior. As remunerações pagas e o Excedente Bruto de Exploração registaram aumentos de 1,6% e 0,5%, respetivamente.

O aumento do VAB mais do que compensou o acréscimo das remunerações pagas, conduzindo a um crescimento de 2,8% da poupança do setor (1,3% no trimestre anterior).

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) diminuiu 0,4% no ano acabado no trimestre, determinando uma

redução da taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) em 0,4 p.p., para 23,0%, interrompendo o comportamento ascendente iniciado no 4º trimestre de 2016.



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento situou-se em 4,0% do PIB

A capacidade de financiamento do setor representou 4,0% do PIB no 4º trimestre de 2017, menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior. Os níveis elevados da capacidade de financiamento, refletem o efeito da recapitalização da CGD por parte do Estado², realizada no 1º trimestre de 2017, no montante de 3 944 milhões de euros.

A poupança corrente, que não é afetada pela referida operação de recapitalização, registou uma redução de 6,5% no ano acabado no 4º trimestre de 2017, devido principalmente ao aumento dos impostos sobre o rendimento e à redução dos rendimentos de propriedade recebidos (taxas de variação de 14,1% e -1,0%).

Setor das Administrações Públicas: défice aumentou 0,6 p.p.

A necessidade de financiamento do setor das AP registou um aumento de 0,6 p.p. no ano terminado no 4º trimestre de 2017, relativamente ao trimestre anterior, atingindo 3,0% do PIB.

Como foi já referido, este resultado incorpora o impacto da operação de recapitalização da CGD ocorrida no 1º trimestre de 2017. Esta despesa de capital representa um impacto negativo no saldo das AP correspondente a 2,0% do PIB (ver quadros 2 e 3)³.

² O destaque relativo à notificação do Procedimento dos Défices Excessivos apresenta informação adicional sobre esta operação de recapitalização.

³ Considerando duas casas decimais, o défice das AP foi 2,96% em 2017 e o impacto da recapitalização da CGD foi 2,04%. Em consequência, excluindo este impacto, a necessidade de financiamento das AP cifrou-se em 0,92% do PIB.

O comportamento da despesa foi ainda determinado pelo aumento da despesa corrente, refletindo essencialmente os aumentos das prestações sociais (2,1%) e das despesas com pessoal (1,8%), bem como da despesa de capital por via do investimento (13,5%). Por outro lado, as restantes componentes da despesa corrente apresentaram uma diminuição face ao ano terminado no trimestre anterior.

A receita total registou uma variação positiva de 0,2% no ano terminado no 4º trimestre devido ao aumento da receita corrente, destacando-se o crescimento das contribuições sociais (1,5%) e das receitas com impostos sobre a produção e importação (1,3%). Em sentido contrário evoluíram a outra receita corrente (-6,6%), a receita de capital (-23,0%) e, em menor grau, os impostos sobre o rendimento e património (-0,3%).

Tomando como referência valores trimestrais, e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de -983,4 milhões de euros no 4º trimestre de 2017, correspondente a -2,0% do PIB (0,3% em igual período do ano anterior).

Para o conjunto do ano 2017, o saldo global das AP fixou-se em -5 709,4 milhões de euros, o que correspondeu a -3,0% do PIB (-2,0% do PIB em 2016). Conforme se observa no quadro 4, o agravamento do saldo traduz o aumento da despesa em 6,2%, sobretudo devido ao impacto da recapitalização da CGD, enquanto a receita cresceu 3,9%.

Do lado da receita destacam-se os aumentos da receita com os impostos sobre a produção e importação (6,1%), nomeadamente o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), com as contribuições sociais (5,1%) e com os impostos sobre o rendimento e património (3,3%). Por oposição, regista-se uma

diminuição na outra receita corrente (-8,0%) relacionada com a redução das transferências recebidas através dos fundos da União Europeia e da receita de capital (-7,8%).

O quadro 5 sintetiza os principais ajustamentos efetuados no saldo em contabilidade pública para obter o saldo em contabilidade nacional. Comparando o 4º trimestre de 2017 com o trimestre homólogo, verificou-se uma deterioração do saldo tanto em contabilidade

pública como em contabilidade nacional, sendo mais significativa no último caso.

Para uma análise mais detalhada poderá ser consultado o destaque relativo aos "Principais Agregados das Administrações Públicas" divulgado em simultâneo com o presente destaque.

Quadro 2: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: 10⁶ euros

	2016T4	2017T1	2017T2	2017T3	2017T4
Receitas totais	79 705,6	80 275,8	80 572,5	82 636,3	82 840,5
Receita corrente	78 909,2	79 457,7	79 671,1	81 683,2	82 106,3
Impostos sobre o rendimento e património	19 081,1	18 891,9	18 440,4	19 773,4	19 714,6
Impostos sobre a produção e importação	27 346,7	27 619,1	28 049,3	28 656,5	29 028,0
Contribuições sociais	21 608,6	21 848,6	22 116,7	22 370,6	22 704,2
Vendas	6 625,5	6 674,6	6 712,6	6 697,7	6 752,3
Outra receita corrente	4 247,3	4 423,5	4 352,2	4 185,0	3 907,2
Receita de capital	796,4	818,1	901,3	953,2	734,3
Despesas totais	83 370,8	87 304,3	87 280,4	87 212,2	88 550,0
Despesa corrente	79 818,4	79 711,1	79 676,5	79 478,8	80 177,9
Prestações sociais	35 112,8	35 042,4	34 955,9	34 881,8	35 615,8
Despesas com pessoal	20 880,9	20 919,4	20 919,7	20 894,1	21 269,7
Juros	7 760,7	7 691,4	7 631,6	7 586,3	7 475,1
Consumo intermédio	10 417,8	10 580,0	10 541,1	10 536,7	10 469,8
Subsídios	975,0	968,1	946,7	906,8	866,4
Outra despesa corrente	4 671,3	4 509,8	4 681,5	4 673,0	4 481,1
Despesa de capital	3 552,3	7 593,2	7 603,9	7 733,4	8 372,1
Investimento ⁽¹⁾	2 800,8	2 865,2	2 866,1	3 022,7	3 429,6
Outra despesa de capital	751,5	4 727,9	4 737,8	4 710,7	4 942,5
Saldo corrente	- 909,2	- 253,4	- 5,4	2 204,4	1 928,4
Saldo total	-3 665,2	-7 028,5	-6 708,0	-4 575,9	-5 709,4
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	72 057,7	72 019,7	72 044,9	71 892,5	72 702,7
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	185 494,0	187 096,9	189 021,7	190 829,9	193 048,6
Défice em % PIB	-2,0%	-3,8%	-3,5%	-2,4%	-3,0%

Quadro 3: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: %

	2016T4	2017T1	2017T2	2017T3	2017T4
Receitas totais	0,9	0,7	0,4	2,6	0,2
Receita corrente	1,0	0,7	0,3	2,5	0,5
Impostos sobre o rendimento e património	1,3	-1,0	-2,4	7,2	-0,3
Impostos sobre a produção e importação	0,9	1,0	1,6	2,2	1,3
Contribuições sociais	1,6	1,1	1,2	1,1	1,5
Vendas	1,3	0,7	0,6	-0,2	0,8
Outra receita corrente	-3,9	4,1	-1,6	-3,8	-6,6
Receita de capital	-5,7	2,7	10,2	5,8	-23,0
Despesas totais	-2,9	4,7	0,0	-0,1	1,5
Despesa corrente	0,6	-0,1	0,0	-0,2	0,9
Prestações sociais	0,3	-0,2	-0,2	-0,2	2,1
Despesas com pessoal	1,0	0,2	0,0	-0,1	1,8
Juros	-0,8	-0,9	-0,8	-0,6	-1,5
Consumo intermédio	1,9	1,6	-0,4	0,0	-0,6
Subsídios	-4,4	-0,7	-2,2	-4,2	-4,5
Outra despesa corrente	2,3	-3,5	3,8	-0,2	-4,1
Despesa de capital	-46,0	113,8	0,1	1,7	8,3
Investimento ⁽¹⁾	-21,5	2,3	0,0	5,5	13,5
Outra despesa de capital	-75,0	529,1	0,2	-0,6	4,9

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 4: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	2016		2017		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	79 705,6	43,0	82 840,5	42,9	3,9
Receita corrente	78 909,2	42,5	82 106,3	42,5	4,1
Impostos sobre o rendimento e património	19 081,1	10,3	19 714,6	10,2	3,3
Impostos sobre a produção e importação	27 346,7	14,7	29 028,0	15,0	6,1
Contribuições sociais	21 608,6	11,6	22 704,2	11,8	5,1
Vendas	6 625,5	3,6	6 752,3	3,5	1,9
Outra receita corrente	4 247,3	2,3	3 907,2	2,0	- 8,0
Receita de capital	796,4	0,4	734,3	0,4	- 7,8
Despesas totais	83 370,8	44,9	88 550,0	45,9	6,2
Despesa corrente	79 818,4	43,0	80 177,9	41,5	0,5
Prestações sociais	35 112,8	18,9	35 615,8	18,4	1,4
Despesas com pessoal	20 880,9	11,3	21 269,7	11,0	1,9
Juros	7 760,7	4,2	7 475,1	3,9	- 3,7
Consumo intermédio	10 417,8	5,6	10 469,8	5,4	0,5
Subsídios	975,0	0,5	866,4	0,4	- 11,1
Outra despesa corrente	4 671,3	2,5	4 481,1	2,3	- 4,1
Despesa de capital	3 552,3	1,9	8 372,1	4,3	135,7
Investimento ⁽¹⁾	2 800,8	1,5	3 429,6	1,8	22,4
Outra despesa de capital	751,5	0,4	4 942,5	2,6	557,7
Saldo corrente	- 909,2	- 0,5	1 928,4	1,0	
Saldo total	-3 665,2	- 2,0	-5 709,4	- 3,0	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unidade: 10 ⁶ euros	
	2016T4	2017T4
Saldo em contabilidade pública:	-1 154,6	-2 035,7
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	929,8	1 916,4
Diferença entre juros pagos e devidos	35,5	- 0,2
Outros valores a receber:	457,4	140,5
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	185,5	237,1
<i>Outros</i>	272,0	- 96,6
Outros valores a pagar:	228,1	221,3
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	258,1	206,4
<i>Outros</i>	- 30,0	14,9
Outros ajustamentos:	- 346,2	-1 225,7
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	- 929,6	-1 415,1
Saldo em contabilidade nacional:	150,1	- 983,4
PIB Trimestral ⁽¹⁾	46 787,6	49 006,3
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	0,3%	-2,0%

⁽¹⁾ Dados não ajustados de efeitos de calendário e de dias úteis

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto aumentou 1,2%

No 4º trimestre de 2017, o RNB registou uma variação nominal de 1,2%, idêntica à variação do PIB. O saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o exterior registou uma ligeira melhoria, observando-se taxas de variação de -5,9% nos rendimentos recebidos e de -3,5% nos rendimentos pagos no 4º trimestre.

Quadro 6: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2012T2	171 973	-1,6	167 735	-1,6	168 944	-1,7
2012T3	170 335	-1,0	165 894	-1,1	167 051	-1,1
2012T4	168 398	-1,1	164 317	-1,0	165 851	-0,7
2013T1	167 664	-0,4	164 362	0,0	165 934	0,0
2013T2	168 093	0,3	165 482	0,7	167 273	0,8
2013T3	168 920	0,5	166 389	0,5	168 222	0,6
2013T4	170 269	0,8	167 975	1,0	169 808	0,9
2014T1	170 692	0,2	168 293	0,2	170 390	0,3
2014T2	172 235	0,9	169 641	0,8	171 614	0,7
2014T3	173 278	0,6	170 792	0,7	172 896	0,7
2014T4	173 079	-0,1	170 117	-0,4	172 313	-0,3
2015T1	174 772	1,0	171 262	0,7	173 575	0,7
2015T2	176 615	1,1	172 301	0,6	174 512	0,5
2015T3	178 194	0,9	173 827	0,9	176 005	0,9
2015T4	179 809	0,9	174 868	0,6	177 168	0,7
2016T1	181 357	0,9	176 999	1,2	179 166	1,1
2016T2	182 641	0,7	177 970	0,5	180 577	0,8
2016T3	184 078	0,8	179 142	0,7	181 764	0,7
2016T4	185 494	0,8	181 040	1,1	183 533	1,0
2017T1	187 097	0,9	182 399	0,8	185 416	1,0
2017T2	189 022	1,0	184 634	1,2	187 486	1,1
2017T3	190 830	1,0	186 497	1,0	189 544	1,1
2017T4	193 049	1,2	188 823	1,2	192 041	1,3

O RDB da nação registou um aumento de 1,3% no 4º trimestre de 2017, enquanto a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) cresceu 0,8%, determinando um aumento de 3,8% da poupança bruta. A poupança bruta da economia representou 16,8% do PIB no 4º trimestre de 2017.

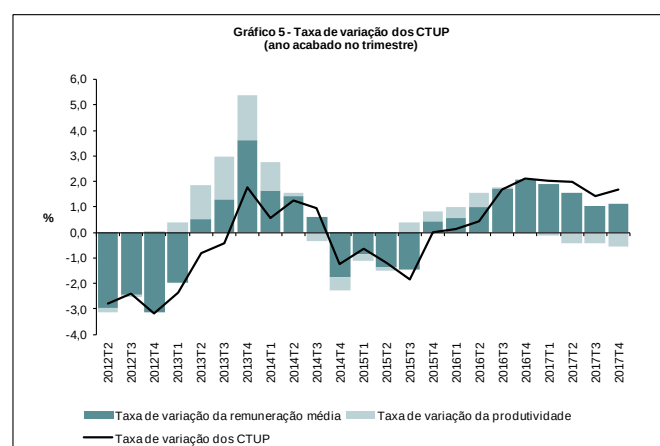
A FBC para o total da economia situou-se em 16,3% do PIB no 4º trimestre de 2017 (mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior). Este aumento da FBC foi inferior ao acréscimo já referido da poupança, determinando o aumento da capacidade de financiamento do país para 1,4% do PIB.

Quadro 7 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade de Financiamento (-) un.:% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2012T2	13,0	1,7	16,5	-1,8
2012T3	12,8	1,8	15,5	-0,8
2012T4	13,7	2,0	15,7	0,0
2013T1	14,3	1,8	15,1	1,0
2013T2	15,0	1,8	14,9	1,9
2013T3	15,2	1,7	14,9	2,0
2013T4	15,4	1,5	14,6	2,3
2014T1	15,4	1,6	14,9	2,0
2014T2	15,2	1,5	15,0	1,7
2014T3	15,3	1,5	15,1	1,7
2014T4	15,0	1,2	15,3	1,0
2015T1	15,0	1,2	15,2	1,0
2015T2	14,6	1,2	15,7	0,1
2015T3	14,9	1,1	15,7	0,3
2015T4	14,9	1,2	15,8	0,3
2016T1	15,3	1,1	16,0	0,4
2016T2	15,6	0,9	15,8	0,7
2016T3	15,6	1,0	15,7	0,9
2016T4	15,5	0,9	15,5	1,0
2017T1	15,7	1,0	15,6	1,0
2017T2	16,0	0,9	16,0	1,0
2017T3	16,4	0,8	16,2	1,1
2017T4	16,8	0,8	16,3	1,4

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentam 1,7%

No ano acabado no 4º trimestre de 2017, os CTUP registaram um aumento de 1,7%, mais 0,3 p.p. do que no trimestre anterior. Esta evolução foi determinada pelo crescimento da remuneração média ligeiramente superior ao do trimestre anterior e pela redução mais acentuada da produtividade.



Contas Anuais dos Setores Institucionais para 2017

A primeira versão das Contas Anuais dos Setores Institucionais é obtida pela soma simples dos resultados dos quatro trimestres de 2017 agora divulgados. Para os anos anteriores, os resultados apurados refletem informação de base de frequência anual. Os resultados correspondentes a 2016 têm ainda

uma natureza provisória, podendo ser revistos até à publicação da versão final, prevista para setembro de 2018.

O quadro 8 apresenta a evolução anual dos principais agregados económicos decorrentes das Contas Nacionais por Setor Institucional.

Quadro 8 - Indicadores para a economia portuguesa

	2011	2012	2013	2014	2015	2016 ^{Po}	2017 ^{Pe}
PIB nominal (taxa de variação)	-2,1	-4,4	1,1	1,7	3,9	3,2	4,1
RNB (taxa de variação)	-0,6	-4,9	2,2	1,3	2,8	3,5	4,3
RDB (taxa de variação)	-0,5	-4,7	2,4	1,5	2,8	3,6	4,6
Poupança Bruta (taxa de variação)	19,4	-0,4	13,4	-0,4	3,1	7,4	12,6
Taxa de Poupança dos Particulares (% do RDB)	7,5	7,7	7,8	5,2	5,3	5,9	5,4
Consumo Final dos Particulares (taxa de variação)	-2,0	-3,8	-0,4	2,6	3,2	3,1	3,5
Rendimento Disponível dos Particulares (taxa de variação)	-3,7	-3,6	-0,2	-0,2	3,4	3,7	3,0
Formação Bruta de Capital (taxa de variação)	-13,6	-19,2	-5,9	6,3	7,4	0,9	9,7
Capacidade/Necessidade de Financiamento							
Sociedades Não Financeiras (% do PIB)	-3,5	-0,3	1,4	1,2	-0,7	-0,9	-1,2
Sociedades Financeiras (% do PIB)	4,3	3,1	2,1	4,8	3,6	1,9	4,0
Administrações Públicas (% do PIB)	-7,4	-5,7	-4,8	-7,2	-4,4	-2,0	-3,0
Particulares (% do PIB)	2,6	2,9	3,6	2,2	1,9	2,0	1,5
Total da Economia (% do PIB)	-4,0	0,0	2,3	1,0	0,3	1,0	1,4
Saldo Externo de Bens e Serviços (% do PIB)	-4,3	-0,5	1,0	0,2	0,6	1,1	1,0
CTUP (taxa de variação)	-2,0	-3,2	1,8	-1,3	0,0	2,1	1,7

Po - dados provisórios; Pe- dados preliminares.

Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação, com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Assim, comparativamente com a publicação antecedente, referente ao 3º trimestre de

2017, é de destacar a incorporação das revisões das contas trimestrais para o total da economia, publicadas a 28 de fevereiro passado.

Adicionalmente foram também integradas as versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal.

Notas metodológicas

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.